

# Hayden White entre a história e a literatura

Gabriella Lima de Assis\*

O objetivo deste artigo é analisar os principais elementos literários elencados por Hayden White que fazem parte da narrativa histórica, em seguida verificar a maneira como seu trabalho tem sido recebido, apresentando a forma pelo qual ele respondeu algumas das principais críticas direcionadas as suas teorias.

**Palavras-chaves:** Teoria, História, Literatura.

The purpose of this paper is to analyze the major literary elements listed by Hayden White that are part of the historical narrative, then see how your work has been received, showing the way by which he answered some of the main criticisms directed their theories .

**Key words:** Theory, History, Literature.

O discurso histórico, como qualquer outro discurso, está inserido dentro de um processo de comunicação, de transmissão de uma mensagem específica, cujo sistema de enunciação é constituído por um enunciante (o historiador), um documento (indício do passado, ou o próprio fato histórico), um enunciado (o texto da História), um referente (contexto) e um receptor (o leitor)<sup>1</sup>. No caso do discurso his-

---

<sup>1</sup> Cf. CARVALHO, Euzébio Fernandes de. Com que roupa eu vou? Contribuições de Roland Barthes acerca da objetividade e subjetividades no nível do discurso histórico. In: Anais eletrônicos do III Simpósio Internacional Cultura e Identidades. Goiânia: UFG, 15 a 19 de setembro de 2007.

\* Mestre em História. UFMT. gabriella.lima@gmail.com

tórico, o historiador oferece um tratamento específico ao fator referente no seu texto por meio da teoria, da metodologia e da historiografia, tornando o seu texto especializado<sup>2</sup>.

O objetivo deste artigo é descrever a maneira singular pela qual o teórico e crítico norte-americano, Hayden White, analisou essa estrutura do discurso histórico, como também verificar as críticas direcionadas a sua forma de interpretação da narrativa da História.

Uma das diferenças entre a história e a literatura estaria na referencialidade. Mesmo que a história não possa resgatar o passado em sua integralidade, ela se utiliza da narrativa como um meio de negociação em seu compromisso ativo com a verdade desse passado. Então, epistemologicamente a história pode ser definida como um processo de produção de base lingüística no qual a interpretação histórica narrativa é organizada e criada pelos historiadores<sup>3</sup>.

Com isso, abandonamos a idéia de que o texto da História pode ser lido como a verdade absoluta, ou seja, pode ser tomado como o próprio passado. Esta noção foi uma herança cultural do século XIX, apontado como o século da História, no qual o enunciado era tido como igual ao referente. Naquele contexto o documento, fonte oficial, refletia a realidade e o texto de história refletia o documento. A intenção de Leopold Von Ranke era desenvolver uma História científica<sup>4</sup>, então, para garantir a universalidade epistemológica, enfocou-se as questões metodológicas e fomentou-se a idéia de uma história cujo conhecimento produzido era neutro e objetivo, cabia ao historiador somente a tarefa de narrar o que aconteceu.

Nessa direção, pelo enfoque pós-moderno, podemos distinguir na narrativa história os termos “evidência” e “fato”. Enquanto a evidência pré-existe nas estruturas narrativas e é carregada de significados culturais, o fato não tem significado em seu estado não processual de simples relato de evidência. Portanto,

---

<sup>2</sup> Cf. BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>3</sup> Cf. MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009

<sup>4</sup> Cf. CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

por meio das interpretações narrativas a evidência é transformada em fato, e este ganha significado mais amplo quando organizado pelo historiador a fim de relacioná-lo com um contexto determinado.

Na perspectiva pós-moderna, o passado pode ser definido como uma complexa narrativa discursiva, e a narrativa histórica como sendo um discurso que coloca diferentes eventos em uma ordem compreensível. Sobre isso, a historiadora Elizabeth A. Clark explicou que a narrativa histórica nunca é uma forma neutra na qual o conteúdo é inscrito, “*but is ideologically freighted*”<sup>5</sup>.

Quanto à ideologia, é notável que ela penetra vários dos aspectos da escrita da história. Uma vez que “o consenso só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação”<sup>6</sup>, teoria e método são ideologias, e a história é teoria e método.

Ainda em relação à ideologia, para o teórico que por hora nos interessa mais, Hayden White,

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais. Por “ideologia” entendo um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar, seja para mantê-lo no estado em que se encontra)<sup>7</sup>.

As afirmações tratadas até o momento implicam na visão de que a interpretação do passado é móvel, devendo ser tratado como um texto a ser examinado em suas possibilidades de significados, implica também que a narrativa da história é uma representação do conteúdo histórico. Deste modo, as evidências históricas apenas sinalizam possíveis realidades e interpretações, pois “todo contexto é textualizado ou narrativizado”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text. Historians and the Linguistic*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2004. p. 86

<sup>6</sup> JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de. Margareth Rago. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.43.

<sup>7</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p. 36-37

<sup>8</sup> MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrô-

Se o trabalho do historiador é descobrir não apenas o que aconteceu, mas também como e porque aconteceu, e o que as coisas significavam e significam, é inevitável a dimensão interpretativa desse trabalho.

Sendo assim, sobre o problema dos fatos versus interpretações na escrita da narrativa histórica, Jenkins afirmou que “embora possam existir métodos para descobrir o que aconteceu, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todas, ponto-final, o que os fatos significam”<sup>9</sup>. Assim, existem possíveis padrões de dominação e marginalização que são elaborados historiograficamente, por isso, qualquer narrativa histórica participa de possíveis efeitos ideológicos, não existem histórias que não se destinem a alguém.

Para reforçar um pouco mais essa idéia, pode-se afirmar que não existem interpretações do passado livre de pressupostos, toda interpretação do passado é construída em determinado presente, impossibilitando o historiador de se isentar do seu presente para chegar sem imparcialidade ao passado de alguém nos termos desse alguém.

Na citação seguinte encontramos uma definição da narrativa histórica que engloba a noção de discurso, como também a idéia do seu caráter interpretativo.

Discurso histórico é definido como um uso de linguagem compartilhado no qual o significado deriva não diretamente da intencionalidade do falante/escritor, como ator histórico ou historiador, nem somente diz respeito ao conteúdo do que é dito ou escrito, mas à estrutura formal e ao contexto em que a enunciação ou o texto é comunicado ou situado<sup>10</sup>.

Na mesma direção da forma como Munslow definiu a história nessa citação, podemos adiantar que uma das contribuições de Hayden White a teoria da história está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para ele, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser

---

polis: Vozes, 2009. p. 43

<sup>9</sup> JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de. Margareth Rago. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2009. p.60

<sup>10</sup> MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 51

compreendidas por meio das pistas de interpretações a serem organizadas pelos historiadores. O método histórico de White parte da concepção de que a história escrita é indiscutivelmente um empreendimento literário, e não podemos ter acesso sobre o que foi o passado a não ser através da forma narrativa que criamos para organizá-lo.

Com relação aquilo que expomos até o momento, sabemos que muitos autores resistem em admitir o caráter narrativo da História por associarem, com frequência, narrativa, subjetividade e ficção, argumentando ser a Literatura o espaço legítimo destes.

Em decorrência da preocupação com objetividade e a verdade absoluta, a historiografia do século XIX procurou retirar dos estudos históricos o recurso das técnicas ficcionais de representação. O nascimento da história, enquanto disciplina, se pautou pela tentativa de elaborar uma escrita livre de elementos retóricos habitualmente utilizados em textos literários.

Pelo pensamento oitocentista, o discurso histórico deveria romper com a literatura, já que esta seria o lugar da subjetividade do autor, expressa no narrador e nos personagens inventados. E diferentemente da expectativa nutrida com relação ao discurso proveniente da pesquisa científica, na prosa literária ou na poesia o “fingimento” é um subentendido, e a ninguém ocorreria questionar aspectos pouco plausíveis do “mundo inventado” pela ficção<sup>11</sup>.

Porém, nosso interesse está exatamente nos laços que continuam ligando a História e a Literatura. Nessa perspectiva, a narrativa é fundamental para a escrita historiográfica por ter a capacidade de articular os traços da experiência temporal, isto é, o tempo também se mostra inteligível para o homem na medida em que ele é pensado de modo narrativo, conforme as conclusões de Paul Ricoeur<sup>12</sup>.

O diferencial em sua elaboração é a reinserção da narrativa na temporalidade, o autor defende o caráter intrinsecamente narrativo do conhecimento histó-

---

<sup>11</sup> Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. A Narrativa e o Conhecimento Histórico. Publicações Científicas do Curso de História. São Leopoldo: UNISINOS, volume 8, número 10, jul - dez, 2004. p.35-52. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/sumario\\_historia/vol10n8/08historian10vol8\\_artigo02.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/08historian10vol8_artigo02.pdf)>. Acesso em: 16 de ago. 2010.

<sup>12</sup> Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiros, 1997. Tomo III.

rico, uma vez que é ela quem concede inteligibilidade ao vivido quando articula tempo e ordem lógica.

Em *Tempo e Narrativa*, obra na qual Ricoeur demonstra as ligações estruturais existentes entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção, ele afirma sua tese maior de que “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”<sup>13</sup>. Conforme este autor, o historiador cria um terceiro tempo em sua narrativa, o tempo histórico, que faz a mediação entre o tempo cósmico e o tempo da experiência vivida.

Ainda nesta mesma obra, Ricoeur considerou de um lado a história e de outro a ficção, e “chega a conclusão de que não poderia haver história sem elo, por tênue que seja, com a narrativa”<sup>14</sup>.

Ricoeur concorda que a narrativa histórica não representa o que de fato ocorreu, sendo ela uma representação construída por um sujeito, a sua aproximação com a narrativa ficcional é possível. Para ele, a história não pode deixar de “seguir uma história”, porém ela não é uma narração ingênua, narrar significa seguir e compreender uma história, a frase narrativa marca o discurso histórico e revela a presença do passado.

Nesse caminho de analisar a narrativa história, não poderíamos deixar de referenciar o ensaio *Como se Escreve a História*, em que Paul Veyne (1998) define a história através de sua relação com o romance:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração. (...) Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza.<sup>15</sup>

Quando Veyne explicita as relações entre conhecimento histórico e narrativa, ele acaba também por problematizar a história vista como construção cientí-

---

<sup>13</sup> *Idem*. Tomo I. p.15

<sup>14</sup> HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história*. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998. p.194.

<sup>15</sup> VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4º Ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. p.18

fica, objetiva, absoluta. Assim, se podemos localizar conexões entre a história e narrativa, os recursos dos quais um historiador dispõe para escrever o seu texto não diferem muito dos recursos de um romancista, ambos se apropriam de eventos, colocam estes em ordem lógica, atribuem significado a eles, com o intuito de envolver o leitor em um mundo ao qual ele não tem acesso, a não ser através da linguagem utilizada por quem narra. Por isso, a subjetividade é implícita na história, revelando as estratégias de seleção, organização e produção do historiador/escritor.

Atualmente, o interesse pela forma narrativa da história foi retomado e alguns autores concordam que mesmo “a história a mais nomológica, a mais estrutural, jamais abandonou a narração”<sup>16</sup>.

Sabemos que assim como Jacques Le Goff se posicionou no prefácio da obra *História Nova*, muitos autores concordam que a volta da narrativa nas discussões historiográficas atuais teria sucedido, primeiramente, a morte da chamada “história narrativa”, até então, entendida somente como factual, disposta cronologicamente na forma do relato.

No caso, a “morte” da história narrativa havia sido efetivada pelos historiadores dos *Annales* desde os anos 30, que, com a proposta de uma história problema, pretendiam uma história aberta para as outras ciências sociais, uma história que não se encerrava na narrativa. Segundo Le Goff, a história narrativa seria “um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez”, uma vez que “dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser enunciados”<sup>17</sup>.

Também sobre o retorno da narrativa, em sua visão panorâmica dos direcionamentos da História cultural, seu legado e seus postulados, Roger Chartier sugeriu algumas constatações acerca do debate aberto sobre o caráter narrativo do discurso histórico, como podemos verificar no fragmento selecionado a seguir:

O debate está aberto pelo diagnóstico que quis caracterizar a história nas suas tendências mais recentes como um regresso ao relato, a narração, e conse-

---

<sup>16</sup> REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.132

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.07

quentemente como um abandono da descrição estrutural das sociedades. (...) Um diagnóstico desse tipo, que pode ser contestado na sua própria validade (será a história dos nossos dias assim tão «narrativa» como se afirma?), parece duplamente apressado. Por um lado, onde se pensa identificar um regresso do relato a uma história que o teria desqualificado e abandonado, é necessário reconhecer, com Ricoeur, o inverso, isto é, a plena pertença da história, em todas as suas formas, mesmo as mais estruturais, ao domínio da narrativa. Toda a escrita propriamente histórica constrói-se, com efeito, a partir das fórmulas que são as do relato ou da encenação em forma de intriga. Existem várias formas de transição que remetem as «estruturas do conhecimento histórico para o trabalho de configuração narrativa» e que aparentam num e noutro discurso a concepção da causalidade, a caracterização dos sujeitos da ação, a construção da temporalidade. Em virtude deste fato, a história é sempre relato, mesmo quando pretende desfazer-se da narrativa, e o seu modo de compreensão permanece tributário dos procedimentos e operações que asseguram a encenação em forma de intriga das ações representadas<sup>18</sup>.

A partir desta citação, concluímos que a volta da narrativa estaria sendo entendida de maneira simplificada como a renúncia às explicações coerentes e científicas e à descrição estrutural das sociedades. Na verdade, toda escrita propriamente histórica estaria na forma do relato ou da encenação de uma ou várias intrigas, cuja construção seria fruto do trabalho de uma “configuração narrativa”. Sendo que este modo de compreensão histórica não excluiria a “inteligibilidade”, pois seria construído no e pelo próprio relato, em seus ordenamentos e em suas composições.

É interessante notar que a idéia de “retorno” da narrativa já havia sido trabalhada de maneira irônica pelo historiador inglês Lawrence Stone<sup>19</sup>. Publicado em 1979, a obra *The Revival of Narrative* discutiu a suposta volta da narrativa no trabalho historiográfico.

Nesta obra, Stone definiu a narrativa como uma organização cronológica seqüencial com arranjos descritivos, cujo foco é o homem e não as circunstâncias. Para Stone a história estaria correndo o risco de perder de vista o caráter essencial de seu empirismo e sua fundamentação contextual, em função da posição extrema de que não há realidade fora da linguagem.

---

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 81

<sup>19</sup> Cf. STONE, Lawrence. *The Revival of Narrative*. Past and Present, n.86, p. 03-24, 1979.

Ainda sobre a questão do retorno da narrativa, José Carlos Reis explicou que o historiador do final do século XX se considerava mais crítico em relação ao historiador da história-problema, mesmo levando em consideração o caráter narrativo das suas produções. Na sua visão, “assim como os narrativistas tradicionais eram ingênuos quanto a confiança na capacidade dos historiadores de reconstituir o real enquanto tal, os conceitualistas eram confiantes demais na capacidade explicativa dos seus conceitos”<sup>20</sup>.

Ao final das discussões levantadas nesta parte podemos nos perguntar por que a história ignorou por muito tempo o seu pertencimento ao campo das narrativas. Para apontar algumas respostas ao problema temos que lembrar que a narrativa era considerada um obstáculo ao conhecimento verdadeiro, somente após se tornar evidente para os historiadores a distância existente entre o passado e a sua representação é que se desenvolveu reflexões sobre a narrativa histórica.

Sobre isso, na introdução geral de sua obra, *À Beira da Falésia*, Chartier afirma que nós historiadores somos produtores de texto, e que a história compartilha com o gênero narrativo muitas categorias fundamentais. “Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus ‘personagens’, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade”<sup>21</sup>.

Nesse âmbito, o estilo da narrativa torna-se fundamental para a História, já que ele tanto molda o conteúdo quanto é por este moldado, alterando o produto final do trabalho do historiador. Vale ressaltar a existência evidente da pluralidade de possibilidades de se narrar os fenômenos históricos, que remete à posicionamentos divergentes como podemos perceber no trecho a seguir:

O debate sobre a narrativa como uma forma legítima de explanação histórica tem produzido antinarrativistas, entre eles os filósofos da História Maurice Mandelbaum e Leon Goldstein que defendem que, embora a narrativa seja um elemento do estudo histórico, nem toda história tem que ser enquadrada em forma de narrativa, e que a disciplina tem demandas metodológicas anteriores e mais importantes. Há, então, os pró-narrativistas como os filósofos Frederick

---

<sup>20</sup> REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 134.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.14.

A. Olafson, David Carr, William Gallie, Arthur Danto e A. R. Louch que insistem em que há uma forte correspondência entre o passado como foi vivido e a história como foi escrita. Há também os pró-narrativistas, mas anti-desconstrucionistas convictos como J.H. Hexter e Lawrence Stone que não aceitam que a linguagem deva sempre falhar no teste de correspondência. Finalmente, há aqueles adeptos do que, de modo geral, é definido como virada desconstrucionista como Hayden White, Dominick LaCapra, F.R. Ankersmit, Hans Keller e David Harlan que veem a narrativa como uma característica essencial, porém largamente incompreendida, da explanação histórica – a incompreensão que, entre tantas outras coisas, permite à história uma demanda por uma legitimidade epistemológica artificial através de sua metáfora favorita de objetividade<sup>22</sup>.

Fica claro para nós ao final das discussões desse tópico, que a interrogação acerca da narrativa sempre surge quando pensamos sobre a atividade do historiador.

Porém, aqueles que concebem a história como ciência social argumentam que o espaço acadêmico gera a expectativa de um discurso que seja legítimo em seus procedimentos de investigação e afastado das expressões subjetivas de seu autor, excluindo a possibilidade de aproximar a histórica da arte, por exemplo.

Na verdade, a narrativa que serve de parâmetro comparativo aos críticos da “narrativa histórica”, ou seja, a “narrativa literária”, pouco se assemelha àquilo que esta efetivamente é<sup>23</sup>. O trabalho que antecede a escrita de um romance, mais do que somente um arrebatamento de inspiração, passa pelo estabelecimento de parâmetros mais ou menos realistas e pela busca de referentes discursivos, como escreveu o semiólogo Umberto Eco sobre a forma como desenvolveu o seu romance *O Nome da Rosa*:

passsei um ano abundante (...) Lia, fazia desenhos e diagramas, inventava um mundo. Este mundo devia ser o mais preciso possível, de forma que eu pudesse me mover com absoluta segurança (...) precisava que tudo funcionasse, tinha necessidade de saber quanto levariam dois personagens para andar, falando, de um lugar a outro. E isso definia a duração dos diálogos<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 94

<sup>23</sup> Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. *A Narrativa e o Conhecimento Histórico*. Publicações Científicas do Curso de História. São Leopoldo: UNISINOS, volume 8, número 10, julho - dezembro, 2004. p.35-52. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/sumario\\_historia/vol10n8/08historian10vol8\\_artigo02.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/08historian10vol8_artigo02.pdf)>. Acesso em: 16 de ago. 2010.

<sup>24</sup> ECO, Umberto. *Sobre a Literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Se por um lado, existe um conceito equivocado de narrativa, por outro o campo absoluto das ciências também já foi colocado sobre novas bases epistemológicas. O filósofo polonês Karl Popper em sua teoria sobre a pesquisa científica, demonstrou que a probabilidade pode ser encarada como uma generalização do conceito de verdade como podemos verificar no fragmento selecionado a seguir:

If we like, we can call the concept of probability, so transformed, the ‘probability of statements’ or the ‘probability of propositions’. And we can show a very close connection between this concept and the concept of ‘truth’. (...)The truth or falsity of a statement can thus be looked upon as a limiting case of probability; and conversely, probability can be regarded as a generalization of the concept, of truth, (...). Finally, it is possible to define operations with truth-frequencies in such a way that the usual truth-operations of classical logic become limiting cases of these operations.<sup>25</sup>

É nesse sentido que juntamente com Hayden White podemos considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos, e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”<sup>26</sup>.

Sendo assim, a tênue linha da fronteira existente entre a História e a Literatura não equivale a tomar a ficção verbal da história como discurso destituído de valor, mas, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e de ficção, que a poesia não é seu elemento oposto, como passaremos a ver.

Entre as principais obras que compõe a carreira de Hayden White podemos citar *Meta-História* publicado em 1973, *Trópicos do Discurso* publicado em 1978, *O Conteúdo da Forma* publicado em 1987, e *Realismo Figural* publicado em 1999. Dentre estas, apenas *Meta-História* não é uma reunião de ensaios distintos publicados em diversas revistas internacionais ao logo de diferentes anos. A critério de síntese, podemos dizer que White enfocou em seus estudos dentro

---

p.288.

<sup>25</sup> POPPER, Karl R. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge Classics, 2002. p.253-254.

<sup>26</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 98

da teoria da história três áreas principais: a filosofia da história, a história da historiografia e a interdisciplinaridade da história.

Para responder a questão norteadora deste artigo, tomamos como referência a influente publicação de 1973. Nesta obra cujo título completo é *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, Hayden White apresentou e explicou a sua teoria formal do trabalho histórico. Para o autor, o trabalho histórico pode ser definido como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Nesse sentido, as histórias bem como as filosofias da história seriam a combinação de certa quantidade de dados, conceitos teóricos e uma estrutura narrativa.

Sobre quais seriam os intuitos de White com esta obra, o próprio autor esclareceu como podemos ver no fragmento de texto selecionado a seguir, em que ele apresenta também as justificativas para o seu trabalho.

Um dos meus intuitos fundamentais, além daquele de identificar e interpretar as principais formas de consciência histórica na Europa oitocentista, é estabelecer os elementos inconfundivelmente poéticos presentes na historiografia e na filosofia da história em qualquer época que tenham sido postos em prática. Diz-se com frequência que a história é uma mescla de ciência e arte. Mas, conquanto recentes filósofos analíticos tenham conseguido aclarar até que ponto é possível considerar a história como uma modalidade de ciência, pouquíssima atenção tem sido dada a seus componentes artísticos. Através da exposição do solo lingüístico em que se constituiu uma determinada idéia da história tento estabelecer a natureza inelutavelmente poética do trabalho histórico e especificar o elemento prefigurativo num relato histórico por meio do qual seus conceitos teóricos foram tacitamente sancionados<sup>27</sup>.

Para atingir seu objetivo e assim analisar a escrita da narrativa histórica, White distingue três tipos diferentes de estratégias que os historiadores podem lançar mão com a finalidade de estabelecer uma impressão explicativa em sua narrativa. Denominadas de explicação por argumentação formal, explicação por elaboração de enredo e explicação por implicação ideológica, cada uma dessas estratégias possuem subdivisões cujas combinações formam um estilo historiográfico determinado. Para o autor, a escolha dessas estratégias conceituais é um ato poético e vincula os tropos da linguagem poética, que são a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia.

---

<sup>27</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p.13

Formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo são formas de explicação por argumentação formal, a escolha de uma delas depende de uma operação cognitiva particular dos historiadores.

Quanto a explicação por elaboração de enredo, segundo White, a narrativa histórica pode assumir as formas seguintes: romanesco, comédia, trágico e sátira. Para o autor, a escolha de umas dessas formas corresponde a uma percepção estética do historiador.

No tocante a explicação por implicação ideológica, como explicou White, a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concorrentes com o anarquismo, conservantismo, radicalismo e o liberalismo.

Graficamente, o próprio Hayden White<sup>28</sup> representou em sua obra os três modos de explicação da maneira esquematizada a seguir:

<b><i>Modo de Elaboração de Enredo</i></b>	<b><i>Modo de Argumentação</i></b>	<b><i>Modo de Implicação Ideológica</i></b>
Romanesco Trágico Cômico Satírico	Formista Mecanicista Organicista Contextualista	Anarquista Radical Conservador Liberal

O objetivo de Hayden White ao distinguir esses vários tipos de estratégias explicativas foi estabelecer os elementos poéticos presentes no texto histórico. Para tanto, o autor buscou responder em seu livro quais são as características do método histórico de investigação, bem como o que significa pensar historicamente. Nesse sentido, White procurou em primeiro lugar “esclarecer em que poderia consistir a estrutura típico-ideal da obra histórica”<sup>29</sup> para assim encontrar os elementos distintivos de qualquer obra histórica ou da filosofia da história conhecida.

Sendo assim, White tentou expor os níveis nos quais a narrativa histórica é concebida, chegando a conclusão de que para tornar um registro histórico compreensível sua organização passa pela “1) crônica; 2) estória; 3) modo de elaboração de enredo; 4) modo de argumentação; e 5) modo de implicação

<sup>28</sup> *Ibidem*. p. 44

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.20

ideológica”<sup>30</sup>, sendo que, o historiador “acha” suas estórias enterradas nas crônicas, então ele organiza os eventos das crônicas dentro de uma hierarquia de significação, que remete a uma explicação por elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica.

A elaboração do enredo promove sentido a narrativa histórica pela modalidade da história. White identificou quatro modos de elaboração de enredo seguindo a teoria literária de Northrop Frye: estória romanesca, sátira, comédia e tragédia.

Explicando cada forma de estória, White definiu o enredo de uma história romanesca como um drama associado a idéia do herói, que por sua vez traz consigo a noção de redenção, enquanto a sátira seria o drama da disjunção, na qual o homem é cativo do mundo, este estilo repudia as concepções rebuscadas do mundo. Na comédia, em sua concepção concordante com Frye haveria vitórias provisórias, ocasiões de festas que desembocam em relatos dramáticos de mudança. Por fim, a tragédia foi definida como uma crônica das estruturas vigentes, na qual há sugestões de estados de divisão entre os homens, é uma forma de estória que diz das condições inalteráveis e eternas do mundo.

Para White,

as “estórias” históricas tendem a incluir-se nas categorias elaboradas por Frye precisamente porque o historiador resiste à construção das peripécias complexas que constituem o fundo de comércio do romancista e do dramaturgo. Exatamente porque o historiador não está (ou pretende estar) contando a estória “pela estória”, inclina-se ele por colocar suas estórias em enredo segundo as formas mais convencionais – como o conto de fadas ou a novela policial por um lado, ou como estória romanesca, comédia, tragédia ou sátira por outro<sup>31</sup>.

Nesse sentido, entendemos a afirmação de White que o historiador faz “a um só tempo arte e ciência”<sup>32</sup>, por um lado este historiador traça as operações de investigação e por outro lado ele estabelece uma operação narrativa. Prossegue o autor com sua explicação acerca da relação entre a história e a ciência,

mas a história difere das ciências precisamente porque os historiadores discordam, não só sobre quais são as leis de causação social que poderiam invocar

---

<sup>30</sup> *Ibidem.* p.21

<sup>31</sup> *Ibidem.* p. 23-24

<sup>32</sup> *Ibidem.* p. 27

para explicar uma dada sequência de eventos, mas também sobre a questão da forma que uma explicação científica deve assumir [...]. Entre os historiadores não existe tal acordo, nem nunca existiu. Isso talvez simplesmente reflita a natureza protocientífica da empresa historiográfica, mas é importante ter em mente essa discordância (ou falta de discordância) congênita sobre o que importa como explicação especificamente histórica de qualquer conjunto dado de fenômenos históricos. Pois isso significa que as explicações históricas são obrigadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica<sup>33</sup>.

O instrumento da explicação por argumentação formal é utilizado pelo historiador no momento de sua escrita para explicar a finalidade e o significado dos eventos postos no enredo do seu relato. Para Hayden White as explicações históricas precisam basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos, gerando diferentes concepções dos “tipos de explicação” que podem ser usadas na análise historiográfica.

Como formas básicas de reflexão discursiva White definiu os modos formista, organicista, mecanicista e contextualista. Cada um deles expressando uma visão determinada da natureza da realidade histórica e a forma argumentativa mais apropriada que o relato histórico deve assumir. Para diferenciá-los o autor se baseou no trabalho de Stephen C. Pepper.

O modo formista identifica as características ímpares dos eventos históricos, nesse sentido, a unicidade dos diversos agentes, agências e atos que compõem os eventos por explicar é fundamental para as investigações. O modo formista possui caráter dispersivo nos termos de Pepper.

O modo organicista possui caráter integrativo e redutivo, descreve os pormenores discernidos no campo histórico como componentes de processos sintéticos, tende a ver os processos individuais agregados as totalidades, não busca leis gerais, procura formular os princípios e as idéias que informam os processos.

O modo mecanicista busca leis causais que determinem os resultados dos processos descobertos no campo histórico. Assim, estuda a história para predizer as leis que governam suas operações e escreve a história para expor os efeitos dessas leis.

---

<sup>33</sup> *Ibidem.* p. 27-28

Por fim, o modo contextualista possui uma concepção funcional. Nessa forma argumentativa, os eventos podem ser explicados ao serem inseridos no contexto de sua ocorrência, eles são comparados com outros eventos ocorrentes em mesmo espaço histórico circundante, procurando ver as inter-relações funcionais existentes entre agentes e agências que ocupam o campo num dado momento, ou seja, busca relativa integração dos fenômenos.

Além de um enredo específico e uma forma de argumento particular, a narrativa histórica também possui o modo de explicação por implicação ideológica, que reflete o elemento ético e a posição ideológica do historiador. Segundo Karl Mannheim<sup>34</sup> o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo e o liberalismo são as posições ideológicas básicas.

Interessado no trabalho de intelectuais que procuram transformar ou manter o *status quo* recorrendo a concepções específicas do processo histórico, White percebeu que a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concordantes com um dos posicionamentos citados acima, assim, toda idéia da história é também acompanhada por implicações ideológicas.

Quanto as características de cada ideologia, White explicou que o relato conservador desconfia das transformações rápidas da ordem social, reconhece a existência de uma estrutura fundamental sólida da sociedade. Nesse posicionamento, as mudanças são eficazes quando não alteram as relações estruturais. O entendimento acerca da evolução histórica limita-se ao aperfeiçoamento da estrutura social vigente.

O liberalismo enxerga as mudanças sociais como ajustes de um mecanismo, por exemplo, um ajuste no ritmo social dos processos eleitorais, educacionais etc. Esse posicionamento ideológico descarta quase totalmente a tentativa de melhora da estrutura, colocando tal possibilidade em um futuro muito remoto.

A ideologia do radicalismo acredita na necessidade de mudanças estruturais visando reconstituir a sociedade sobre novas bases, busca meios revolucionários para concretizar o Estado utópico iminente. Os radicais procuram entender as leis das estruturas e bem como os processos históricos.

Por fim, o anarquismo idealiza um passado remoto de inocência natural hu-

---

<sup>34</sup> MANNHEIM, Karl apud WHITE. In: WHITE, Hayden. *Op. cit.*. p.37

mana, por isso, tem a visão de abolir a sociedade por completo e substituí-la por uma comunidade de indivíduos ligados pelo sentimento de humanidade.

Ao estruturar essas quatro posições ideológicas, o autor reforça o seu objetivo de “indicar como as considerações ideológicas entram nas tentativas do historiador de explicar o campo histórico e construir um modelo verbal dos processos desse campo numa narrativa”<sup>35</sup>.

No fragmento abaixo, podemos ver como White considerou o que ele mesmo chamou de “o problema dos estilos historiográficos”:

Em minha opinião, um estilo historiográfico representa uma combinação particular dos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Mas os diversos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica não podem ser indiscriminadamente combinados numa determinada obra. Por exemplo, um enredo cômico não é compatível com um argumento mecanicista, assim como uma ideologia radical não é compatível com um enredo satírico. Há, por assim dizer, afinidades eletivas entre os modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa nos diferentes níveis de composição. E essas afinidades eletivas baseiam-se nas homologias estruturais que se podem discernir entre os possíveis modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica<sup>36</sup>.

Em suma, White chama de estilo historiográfico a combinação de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Para o autor, existem afinidades entre os vários modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa durante a escrita da narrativa histórica. Essas afinidades não são combinações necessárias dos modos num determinado historiador, isso significa que antes mesmo de poder aplicar aos dados do campo histórico o aparato conceptual representativo para explicá-lo, o historiador terá primeiro que prefigurar o campo, isto é, constituí-lo como objeto de percepção mental.

Neste sentido, para White

“este ato de prefigurativo é poético, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constitutivo da estrutura cuja imagem será subsequentemente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo ‘que realmente aconteceu’ no passado”<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> WHITE, Hayden. *Op. cit.*, p. 41

<sup>36</sup> *Ibidem*. p. 43-44.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.45

Ao explicar a sua teoria de classificação das formas estruturais das narrativas históricas, Hayden White definiu que as figuras de linguagem metáfora, metonímia, sinédoque e ironia apresentam a base para a análise da linguagem poética utilizada pelos historiadores.

Desse ponto de vista a metáfora corresponde a uma linguagem essencialmente representacional, enquanto a metonímia comporta a linguagem reducionista, a sinédoque é integrativa e a ironia negacional.

Considerando apenas o tropo da metáfora, da metonímia e da sinédoque, White explicou que

No próprio uso lingüístico, o pensamento se abastece de possíveis paradigmas alternativos de explicação. A metáfora é representacional no sentido em que poderá sê-lo o formismo. A metonímia é redutiva à maneira mecanicista, enquanto a sinédoque é integrativa como o é o organicismo. A metáfora sanciona a prefiguração do mundo da experiência no plano da relação objeto-objeto, a metonímia na da relação parte-parte e a sinédoque na relação objeto-todo<sup>38</sup>.

Hayden White classifica esses três tropos citados como ingênuos por necessitarem crer na capacidade da linguagem para apreender a natureza das coisas em termos figurados. Em contraste com ele o tropo da ironia consiste na auto-anulação verbal. A ironia, assim, representa um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem, o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso.

Por fim, na visão de White cada um dos modos de reflexão histórica pode ser visto como uma etapa dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de percepção metafórica, metonímica e sinédóquica do mundo histórico para uma apreensão irônica do irredutível relativismo de todo o conhecimento.

Realizada a exposição da teoria de White acerca de como a narrativa histórica funciona em termos epistemológicos e estruturais, passamos a mostrar como tem sido a receptividade de tal teoria, como também as críticas que tem recebido.

O fragmento seguinte introduz uma das idéias chaves do autor acerca da história e demonstra a dificuldade existente de entender ou aceitar as implicações delas:

Crucial to the Hayden White case is that stories are imposed, not given or found in the past. In White's view, relationship among historical events exist 'only' in the mind of the historian.

---

<sup>38</sup>*Ibidem*, . p. 50

This is, as it stands, an extraordinarily strong assertion. If we really believed this in its full sense (and I can hardly think that even Hayden White or his followers actually conduct their own lives on this basis), we would have to say that there are (or were) no real connections between different things which happened in the past: that there are no real causes, or combinations of causes, for which we can look, when seeking to explain particular outcomes. Any attempt to recount a sequence of events as though earlier ones stood in some intrinsic relation to later ones would be merely an imposition by the person recounting<sup>39</sup>.

Admitindo que as afirmações de White são de forte implicação, a historiadora alemã Mary Fulbrook diz também que ele é a voz mais influente no debate sobre da representação histórica no final do século XX. A historiadora considera o trabalho dele em *Meta-história* como um trabalho seminal.

No quadro daqueles que empreenderam projetos para determinar as propriedades específicas da narrativa histórica, Hayden White encontra-se dentre os primeiros, na compreensão crítica de Roger Chartier. Para ele a primazia de White esteve em identificar as figuras retóricas que comandam ou restringem todos os modos possíveis de narração. Segundo Chartier, a obra *Meta-História* é “tida por muitos como a mais importante das que submeteram a história a um *linguistic turn*”<sup>40</sup>.

Diante da diversidade dos temas tratados por White e a variedade das críticas que ele recebeu, vamos focar neste artigo as quatro principais objeções levantadas pelos críticos à sua obra e já respondidas por ele no texto *Teoria Literária e Escrita da História*<sup>41</sup>.

Primeira objeção apresentada por White diz respeito ao determinismo linguístico. Segundo seus críticos a sua teoria reduziria a escrita da história há um determinismo linguístico, na medida que o discurso histórico seria privado da sua busca pela verdade e seria reduzido ao domínio da ficção. Hayden White argumentou que na verdade a tropologia é uma teoria do discurso, não da mente ou

---

<sup>39</sup> FULBROOK, Mary. *History Theory*. London: Routledge, 2002. p. 66.

<sup>40</sup> CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.105

<sup>41</sup> WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1991. p.21-48.

da consciência. Portanto, embora assuma que a figuração não pode ser evitada no discurso, a teoria, longe de implicar o determinismo lingüístico, procura fornecer o conhecimento necessário para uma escolha livre entre diferentes estratégias de figuração.

Respondendo a objeção de que a teoria tropológica implicaria apresentar os próprios objetos da história como construções da linguagem, Hayden White argumentou que ela não sugere que “tudo” é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação lingüística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam. A tropologia sublinha a função metalingüística, mais do que referencial, de um discurso porque está mais preocupada com os códigos do que com as mensagens contingentes que possam ser transmitidas por meio de usos específicos desses códigos.

Sobre o questionamento de que na teoria tropológica da linguagem, não poderíamos mais apelar para “fatos” a fim de justificar ou criticar qualquer interpretação da realidade, Hayden White explicou que quando os críticos analisam a estrutura tropológica de um texto, eles estão falando sobre fatos - fatos de linguagem, de discurso e de textualidade - mesmo se estão falando numa linguagem que sabem ser tão figurativa quanto literal. Eles estão se referindo a coisas que percebem ou acreditam perceber no texto, mesmo se estão se referindo tanto na maneira indireta da fala figurativa quanto na maneira direta da fala literalista.

Por fim, ao ser acusado de estabelecer uma teoria que destruiu a diferença entre fato e ficção, abalando o status epistemológico do conhecimento histórico, o autor esclareceu que a sua teoria apenas redefine as relações entre os dois dentro dos discursos. Para Hayden White se não existem fatos brutos, e sim eventos sob diferentes descrições, então a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos para transformar eventos em fatos, assim os eventos acontecem e os fatos são constituídos pela descrição lingüística.

Segundo White, o modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais, este modo pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário modernista ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres.

Retomando a trajetória das discussões feitas neste artigo, primeiramente relacionamos o debate acerca da narrativa que se instalou na história no final do século XX e início do século XXI, de maneira que vimos o posicionamento de alguns autores neste debate como José Carlos Reis, Keith Jenkins, Roger Chartier e Alun Munslow, concordantes com a idéia de que a pós-modernidade não significou a superação da modernidade.

Feito isso, o passo seguinte foi focar propriamente o debate sobre função da narrativa no conhecimento histórico, para tanto problematizamos alguns dos componentes da escrita da narrativa – tempo, ficcionalidade, verdade, discurso, ideologia – e falamos acerca de suas implicações. Nesta parte utilizamos autores consagrados que nas suas respectivas épocas inovaram como Paul Veyne, Paul Ricoeur e Umberto Eco.

Na última parte deste artigo contextualizamos e explicamos os principais aspectos da teoria de Hayden White sobre a estrutura narrativa história, e apresentamos também algumas críticas feitas ao seu trabalho. A intenção deste artigo foi analisar os principais elementos literários elencados por Hayden White que fazem parte da narrativa histórica.

